

O estágio em Serviço Social em assentamentos de reforma agrária do MST

Social Service in MST Land Reform Settlements

Angelita Soares Ribeiro*
Cristine Jaques Ribeiro**

Resumo: Este texto apresenta a prática curricular de estágio em Serviço Social cujo objetivo é de instigar o leitor a aproximar-se da realidade cotidiana dos assentamentos de reforma agrária organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, bem como, propõe uma discussão teórico-prática profissional. Primeiramente, apresenta a fragilidade do tema da reforma agrária como política agrícola brasileira, pois esta não resolve o problema da concentração de terra e riqueza no país. Logo depois se apresenta a autogestão e a auto-análise como processo coletivo que pode potencializar outro tipo de participação fortalecendo o poder dos agentes rompendo com a dependência entre os técnicos e população. Finalmente, o texto propõe a cartografia como categoria de análise que qualifica o olhar e a ação profissional no reconhecimento de uma estética manifestada na relação molecular. A cartografia desenha a reforma agrária a partir da existência dos modos de viver dos agentes nos assentamentos de MST.

Palavras-chave: reforma agrária; estágio; cartografia.

1. Problematizando o tema Reforma Agrária

A história da concentração de terra no Brasil já se arrasta desde a Conolização portuguesa (Stedile, 2005a) e, infelizmente, o povo brasileiro sofre cruéis conseqüências através da existência de uma multidão de desempregados, sem teto e sem terra. Com a invasão de terra, feita pelos colonizadores, muitas famílias ainda hoje não conseguem garantir condições básicas para sua sobrevivência, ficando a mercê da lógica da sociedade capitalista. Mas, mesmo com essa realidade imperial imposta, muitos preconceitos acerca da luta articulada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra reproduzem-se legitimando tal concentração.

O Brasil é um país agrário, que foi urbanizado no movimento de industrialização existente no Mundo (Hobsbawm, 1977), contudo, não perdeu sua riqueza natural e a capacidade da população em criar alternativas de resistências frente às políticas neoliberais. Tal afirmação procede quando é possível reconhecer no espaço agrário práticas na

* Graduada em Serviço Social pela UCPel, Pós-graduando em Educação, linha de Pesquisa: infância e cultura: imagem poética e alteridade – UFPel.

** Graduada em Serviço Social pela UCPel, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUCRS, docente do Curso de Serviço Social da UCPel.

agricultura familiar que garantem a subsistência de seus agentes. No entanto, é fato também que com a imposição de diversas empresas, no cotidiano agrário, muitas famílias se obrigam a firmar contratos de produção, como é o caso da cultura do fumo que, conseqüentemente, mantêm uma relação servil de dependência dos pequenos agricultores. Assim, diante de tal realidade, é possível afirmar que cabe ao Serviço Social, fortalecer as ações dos movimentos sociais que instigam o debate sobre estrutura social vigente e os enfrentamentos criados a partir das realidades das multidões que anseiam por transformações sociais.

O que é impressionante reconhecer é se a Reforma Agrária fosse executada com competência, o país aceleraria seu processo de desenvolvimento socioeconômico e isso, é claro, resolveria uma série de “problemas sociais”, como: haveria o aumento da geração de renda, a diminuição da violência urbana e no campo, a comercialização de produtos para toda sociedade resultantes de uma adubação orgânica, garantindo o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida para todos, uma produção em escala maior de alimentos que atenderiam a segurança alimentar dos mais empobrecidos, entre outras questões...

No entanto, mesmo com o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, constituído em 1964, onde a Reforma Agrária era evidenciada como “[...] o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (2001, p.01) não acontece esta Reforma Agrária e, sim concessões do Estado a partir da pressão social e dos conflitos no cenário brasileiro.

Entende-se, assim, que está longe ainda de acontecer distribuição de terras e de riquezas e, portanto, mesmo somente como reforma e, não transformação agrária, ainda há forças contrárias. Parece, então, que este tipo de resistência política, é pouco inteligente.

Assim, os movimentos sociais do campo conhecidos pela *Via Campesina*, e neles se inclui o MST, organizaram reivindicações para a Reforma Agrária brasileira e, dentre vários eixos está o tipo de política agrícola desejada:

Garantia de preços acima do custo de produção para todos os produtos que se destinam ao consumo alimentar. O governo deve priorizar uma política de estímulo à produção de alimentos e evitar a importação de produtos que podem ser produzidos internamente. Criação de seguro agrícola para todos os produtos. Financiamento para a produção mediante apresentação de projetos e de acordo com as necessidades e sua viabilidade econômica, sem estabelecimento de teto máximo. (Stedile, 2005b, p. 200).

Portanto, a Reforma Agrária é exigida por intermédio das ocupações de terra feitas por multidões de famílias acampadas que decidem coletivamente lutar pela garantia dos direitos sociais previstos na Constituição Federal Brasileira no artigo 6º: direitos a educação, a saúde, ao trabalho, a moradia, ao lazer, a segurança, etc., mas que só poderão se

efetivar quando estas famílias sem terra, poderem recuperar a sua condição de produtor agrícola que foi retirada historicamente desde a colonização. Esta luta é legítima quando na Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária, no artigo 184 da Constituição Federal Brasileira, afirma ainda que "Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia indenização em títulos da dívida agrária" (2007, p.136).

As famílias que buscam hoje integrar-se ao MST já não são mais aquelas que constituíram este movimento no final da década de 70 e início da década de 80 (Ribeiro, 2001) onde milhares de famílias de pequenos agricultores foram expulsos de suas terras obrigando-se a arrendar terra para garantir o mínimo de sobrevivência. Depois da Era Collor na década de 90 e nos anos 2000 hoje as famílias são outras, então, integram-se ao contingente de sem terra milhares de desempregados que estão fora das regras do mercado. Ou seja, a Reforma Agrária apresentam-se como manifestação da questão social convidando os profissionais de Serviço Social a ter maior envolvimento por intermédio de sua intervenção e pesquisa científica. Para tanto, entendemos que o espaço curricular, da formação profissional em Serviço Social, possibilita experimentar diversos encontros com o cotidiano da população e, estes encontros, são instigados pelo estágio curricular que propicia problematizar os temas sociais que atravessam as diferentes realidades da população brasileira hoje.

Contudo, pouco se encontra registrado escritas que apresentem as práticas profissionais do Serviço Social junto aos assentamentos de Reforma Agrária do MST. Então, este artigo, pretende apresentar a perspectiva teórico-prática que orientou o estágio curricular em Serviço Social junto aos assentamentos de Reforma Agrária organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, bem como, apresentar a escrita mais como proposta de aliança ao arcabouço teórico - prático já existente no processo histórico da profissão em Serviço Social, cujo objetivo é de fortalecer as lutas micro e macro políticas instigadas por este movimento social.

2. A autogestão como perspectiva teórico - prática no estágio curricular em Serviço Social

Seguindo a linha de pensamento de Gregório Baremlitt (1998) no livro *Compêndio de análise institucional*, a auto-análise para os coletivos sociais significa a produção de um saber, de um conhecimento acerca de seus problemas e de suas estratégias e recursos para superá-los. Para que isso aconteça os coletivos podem usar dispositivos de organização como grupos de discussão, assembleias, e até contatar profissionais aliados para colaborar. Assim, a comunidade, o coletivo, os grupos, precisam criar condições e estratégias para que um saber popular,

um saber-sabor, aconteça e se apresente como resistência aos saberes e valores instituídos.

Todo esse possível processo de auto-análise se desenha para um objetivo: a autogestão. A autogestão é a auto-organização dos coletivos para se operar as forças destinadas a transformar suas condições de existência (no caso dos Assentamentos uma efetiva Reforma Agrária que abranja não apenas a posse da terra, mas o acesso à saúde, educação, transporte, lazer, etc.) . O processo de autogestão não se realiza sem o de auto-análise e o de auto-análise não tem sentido sem o de autogestão.

Esses processos visam reconquistar o saber e o poder dos coletivos sob suas vidas. Um saber e um poder coletivo, produzidos, distribuídos e exercitados na vida dos agentes. Entretanto, a auto-análise e a autogestão são processos, por isso estão sempre em movimento podendo por diversas relações de micro e macro poderes não se realizar em todos os momentos (Ribeiro, 2004).

Considerar as experiências das famílias, frente aos processos decisórios coletivos foi à perspectiva que orientou a prática profissional no estágio curricular em Serviço Social. No espaço dos assentamentos encontrávamos trajetórias diferentes que iam compondo estes universos. Encontrávamos descendentes de imigrantes italianos e de alemães, bem como, a miscigenação expressa nos corpos caboclos e, estas manifestações étnicas, se reafirmavam nas escolhas de como garantir o auto-sustento das famílias e a comercialização de seus produtos até o modo de construir suas moradias.

No universo dos assentamentos também encontrávamos os modos organizantes e organizados de viver junto e frente à heterogeneidade, ou seja, para que as necessidades das famílias fossem garantidas havia a organização na distribuição de tarefas e de coordenações por atividades a partir de setores como: trabalho, horta, agroindústria, educação, saúde, mística, etc., bem como a existência de representações dos agentes assentados para compor os setores na organização regional e estadual do MST, onde estes se fortaleciam na perspectiva de reproduzir as orientações propostas pelo movimento social que era de manter nos assentamentos a participação nos temas sobre cooperação agrícola, produção agroecológica, meio ambiente, frentes de massa, trabalho e educação, etc.

Portanto, ao mesmo tempo em que havia esta organização, também processos organizantes se instauravam e o Serviço Social mantinha um olhar e uma prática atenta às manifestações. O que chamamos aqui de organizante são os movimentos permanentes que disparam as capacidades críticas dos envolvidos em escolherem as rotas decisórias por intermédio de dispositivos criativos que instigavam ações transformadoras entre as famílias. Por exemplo, quando havia cursos de formação, organizados pelo setor de produção agrícola, e os técnicos do próprio MST propunham o manejo agroecológico, disparavam diversas discussões sobre o tema e muitos assentados duvidavam da eficácia da proposta. Por intermédio da troca de experiências o coletivo em conexão

ia conhecendo as conseqüências das escolhas produtivas e num exercício de desconstrução dos mitos sobre o que poderia ser mais rentável para as famílias, paralelamente se construía junto propostas de ação. Então, o pensar diferente não anulava as perspectivas comuns de garantir a qualidade de vida num assentamento de Reforma Agrária.

Assim, concordamos com Bichueti (1999, p. 27) quando discute a loucura onde afirma que “A auto-análise, sendo em si a morte do ofício do analista enquanto único ser capaz de desenovelar a trama da crise e, sendo a crise fenômeno inerente à vida de qualquer mortal, é ela um dos pilares eficientes numa alta duradoura”. Podemos relacionar a discussão deste autor no que se refere à realidade das famílias no espaço dos assentamentos, quando estes não dependem dos técnicos para discutir e decidir juntos os caminhos de suas próprias vidas. No entanto, este modo de operar não anula a importância de construir intervenções neste espaço, mas sim esta perspectiva fortalece uma postura profissional que busca cotidianamente ouvir e decidir a partir dos grupos e não sobre os grupos e, neste caso, sobre as famílias assentadas. Pois, não coibir processos autônomos coletivos é evitar uma prática esmagadora que possa oprimir saberes à custa de uma onipotência profissional.

Então, para que seja possível conhecer a postura profissional construída acerca da intervenção em Serviço Social junto às famílias de pequenos agricultores assentados na região sul do Estado o item seguinte pretende apresentar.

3. A cartografia coletiva: Compondo práticas a partir dos movimentos do viver.

O termo cartografia será utilizado como categoria teórica que oferece qualificar as análises da prática profissional junto aos coletivos envolvidos, pois possibilita pensar a implicação das intervenções profissionais. Cartografar, aqui, é poder conhecer os territórios e seus movimentos desterritorializantes frente à capacidade dos agentes envolvidos de poderem escolher modos de fazer e modos de pensar o espaço do cotidiano.

A cartografia pretende ser um desenho da paisagem daquilo que existe por isso se apropria do conceito geográfico. Um desenho em defesa da expansão da vida. Ela não quer interpretar os coletivos e a realidade, mas sim desenhar coletivamente as manifestações cotidianas. A cartografia tem como proposta a prática movente de permitir aos coletivos sua própria fala. Compor desenhos e cartografias da realidade, num exercício de alteridade com os grupos. Quer-se aqui romper com a idéia de um profissional porta-voz que pode desqualificar as potencialidades pulsantes dos grupos, pois como bem lembra Guattari (1977, p. 16): “Como se a voz precisasse de portador. Ela se porta bem sozinha e numa velocidade louca no seio das massas.” Assim, através da cartografia desejamos considerar outras maneiras de pesquisar/intervir e

pensar a prática profissional do Assistente Social junto aos coletivos que atua.

As práticas de estágio em Serviço Social junto aos assentamentos de Reforma Agrária do MST, na Região Sul do Rio Grande do Sul, resultaram dos encontros de discussão entre estagiários, supervisoras e direção regional do MST para construir linhas que contribuíssem para a própria efetivação da questão agrária como questão social.

Propor abrir um campo de estágios em Serviço Social junto o espaço de luta por Reforma Agrária, como espaço de produção coletiva do conhecimento, foi tentar garantir os princípios éticos da profissão aproximando-se das lutas dos Movimentos Sociais quando diz que é um direito do Assistente Social “apoiar/e ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (CRESS, 2000, p.28). E, no que se refere à Reforma Agrária, fortalecer o quesito ocupação de terra como Direito Humano fundamental como bem afirma ALFONSIN: “sem posse, nem vida humana é possível, realidade que indica em que extensão a posse de terra é pressuposto de direitos humanos fundamentais” (2006, p. 53) e, problematizar tal realidade no território acadêmico instigando o olhar do corpo docente e discente.

Contudo, para conhecer a questão agrária como expressão da questão social na realidade brasileira a proposta foi de ampliar tal análise a partir das realidades heterogêneas no dia a dia das famílias assentadas. Ou seja, a Reforma Agrária se apresentava como conquista não apenas na capacidade agricultável de seus agentes, mas nos modos como estes foram e vão criando linhas de existência desenhando o habitar coletivo.

No livro “A história da luta pela terra e o MST”, Morissawa (2001) nos traz os objetivos da Reforma Agrária no projeto de luta do movimento, são eles: trabalho para todos, garantindo a distribuição de renda; produção de alimentação farta e barata à população brasileira, gerando segurança alimentar; garantir o bem-estar social e a melhoria das condições de vida de toda a população brasileira; buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais, culturais e espirituais; preservar e recuperar os recursos naturais, como o solo, a água e as florestas, pensando sempre em um desenvolvimento auto-sustentável; contribuir para a participação da mulher na sociedade, bem como o acesso a seus direitos; difundir valores humanistas.

Assim sendo, a luta pela reforma Agrária proposta pelo MST não cessa de acontecer com a concretização da posse da terra, ou seja, com a chegada ao assentamento. É ali no assentamento que a Reforma Agrária começa a ferver pelas famílias ocupando aquele espaço e inventando novas formas de viver e resistir.

Por isso, abordamos nesse trabalho uma prática profissional que se agencia¹ a partir dos movimentos do viver do assentamento. Pois a Reforma Agrária acontece a partir da luta das multidões que sofrem cotidianamente a questão agrária através da concentração de terra e riqueza presente em nosso país. No entanto, ela continua acontecendo a cada instante pelas vidas que habitam acampamentos, assentamentos, reservas indígenas escassas e os sobreviventes quilombos. A Reforma Agrária é mexida pelos movimentos do viver das famílias que mesmo com a posse da terra ainda lutam pela expansão de suas vidas e de seus direitos.

Assim, acreditamos que uma prática profissional comprometida com a luta pela Reforma Agrária para milhares de trabalhadores, se faz na consideração das manifestações e das resistências cotidianas dos acampados, dos assentados, porque é na luta dessas multidões que a questão social se apresenta.

Para Robert Castel, a questão social é caracterizada como uma aporia fundamental, na qual uma sociedade experimenta o enigma da sua coesão e trata de conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe de novo em questão a capacidade de uma sociedade (o que em termos políticos se denomina uma nação) para existir como um conjunto vinculado por relações de interdependência. (Germano, 1998. p. 01.)

A experiência de estágio nos assentamentos nos sensibilizou o olhar para percebermos que além de todas as contradições sociais e os conflitos que escancaram a questão agrária como manifestação da questão social, pulsa também nesse espaço uma história molecular dos acontecimentos da Reforma Agrária. Algo que consideraria as linhas e fluxos² que a atravessam, as narrativas das famílias Sem Terra e os acontecimentos, deslocamentos e (re) invenções vividos por elas.

As maneiras de viver das famílias que habitam os assentamentos são heterogêneas. E essa heterogeneidade pode produzir efeitos interessantes, dispersando as recorrências de acontecimentos familiares, provocando encontros, introduzindo o imprevisível na vida. Essa convivência com a heterogeneidade pode apontar para outros mundos, mundos estranhos que não são nossos e que podemos vir a conhecer, levando o indivíduo até a borda de si mesmo para se conectar com o outro.

Acreditamos que essa heterogeneidade, essa diversidade dos modos de viver, nos assentamentos, manifestadas pelas famílias é o que produz a possibilidade do exercício da alteridade, pois permite o

¹ Agenciamento: é uma montagem ou artifício produtor de inovações que gera acontecimentos e devires, atualiza virtualidades e inventa o novo radical. (Baremlitt, 1998, p.135).

² Para Mairesse (2003) fluxos são forças que se interpenetram operando pequenas transformações.

conhecimento de outros mundos. Esse exercício pode tornar significativo, como uma das maiores resistências no assentamento, ou seja, os signos são produzidos no espaço de convivência e, portanto, podem ser desconstruídos por seus próprios agentes. São maneiras múltiplas de viver, de plantar, de se divertir, de se organizar, conectadas a partir do que cada um possui de potência produzida pelos diferentes deslocamentos vividos por cada família, ou seja, suas histórias de vida desenhadas por suas etnias, suas religiosidades, suas concepções de trabalho e de educação, entre outras questões.

É a esse tipo de reconhecimento dos modos de viver que propomos, ou seja, a resistência das famílias em permanecerem no assentamento, resistência molecular, mesmo com toda imposição contrária a esta prática. Seguindo uma concepção Deleuze-Guattariana, as resistências moleculares são aquelas pequenas resistências cotidianas ou lutas cotidianas que vão afetar e vão fazer mexer as estruturas das instituições, produzindo aos poucos e muitas vezes as resistências molares, ou seja, mudanças no nível das concepções, das instituições e das estruturas. Assim as resistências moleculares, produzidas nos assentamentos pelas famílias, disparam mudanças molares frente às diversas decisões políticas, como por exemplo, a escolha do tipo de produção agrícola à ocupação de latifúndios.

A questão micropolítica diz respeito ao modo como o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de “molar”) se cruza com aquele que chamei de “molecular”. Entre esses dois níveis, não há uma oposição distintiva, que dependa de um princípio lógico de contradição. Parece difícil, mas é preciso mudar de lógica. Na física quântica, por exemplo, foi necessário que um dia os físicos admitissem que a matéria é corpuscular e ondulatória, ao mesmo tempo. Da mesma forma, as lutas sociais são ao mesmo tempo, molares e moleculares. (Guattari; Rolnik, 2000, p. 149)

Assim sendo, para pensarmos uma prática profissional, a partir das manifestações cotidianas e das narrativas, precisamos considerar a micropolítica gestada a cada dia pelos assentados. E é a partir da concepção de micropolítica, de resistências moleculares, de cotidiano, de narrativa, de cartografia, que fomos compondo uma prática de estágio junto aos assentamentos do MST.

Nossa proposta é de fortalecer a intervenção do Serviço Social com uma prática micropolítica junto aos grupos/coletivos com que se envolve, ou seja, retomando a idéia Guattariana, seria uma prática que considere as relações molares e moleculares. E ainda, uma prática nômade que não se aprisione a um conjunto de métodos, de teorias e de referenciais fechados, mas que ao contrário a partir das escolhas dos métodos esses se apresentem de modo aberto às contribuições dos agentes envolvidos. Pois, a prática nômade é uma prática que se permite experimentar o novo na produção do conhecimento.

Reconhecer a história molar da Reforma Agrária é um eixo de estudo necessário para o trabalho do Serviço Social, pois exige a problematização dos modelos construídos pelo sistema capitalista frente às exigências do mercado, onde este impõe a monocultura, a produção transgênica, agrotóxica e a dependência dos pequenos agricultores frente as Multinacionais. No entanto, pulsa nos acampamentos e assentamentos uma micropolítica que através das relações moleculares, ou seja, através das relações cotidianas fazem à Reforma Agrária acontecer. E é na consideração também dessas manifestações cotidianas, manifestações da Reforma Agrária, que gostaríamos de pensar o Serviço Social e sua prática. De acordo com Iamamoto (2000, p. 28):

[...] apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção, e de re-invenção da vida construída no cotidiano, pois é no presente que estão recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado.

A corrente clássica do Serviço Social já trabalha historicamente com as categorias molares de análise como: a luta de classes, o desemprego, a exploração infantil, a questão agrária, o Sistema Único de Saúde, etc., e pode também reafirmar as lutas moleculares que são as realidades encontradas no cotidiano da prática profissional como bem afirma Cecília Arroyo que talvez nos falte fortalecer a percepção do encontro com o usuário que nos procura: “*fale-me sobre o que se passa, narre-me tu vida, tu problema, narre-me como te sentes.*”³

Trabalhar com uma perspectiva micropolítica seria ir além do conhecimento da história molar da questão social e da Reforma Agrária, da legislação agrária, mas produzir e instigar modos sensíveis a partir da prática que consideraria as narrativas as angústias, os desejos, os diversos olhares sobre suas escolhas e, neste caso, as manifestações cotidianas das famílias que habitam os acampamentos, os assentamentos. Ou seja, seria construir uma prática que considere, para além da historiografia, a história que continua acontecendo a partir das experiências do passado e das virtualidades³ do futuro.

Em nossas práticas de estágio procurávamos acompanhar processos de vida, as forças e os desafios que por nós passavam durante os encontros. Através de um roteiro aberto ao imprevisível, ao intempestivo⁴, e ao caos que a aproximação com a vida pode causar, iam se produzindo saberes nômades, produções coletivas acerca do processo de Reforma Agrária, exercício de alteridade, diálogos entre mundos.

³ Fala da Assistente Social Cecília Arroyo em uma palestra para o Curso de Serviço Social da UCPEL no dia 26 de setembro de 2007 atividade promovida pelo Mestrado em Política Social.

³ De acordo com Baremlitt (1998), o virtual é o futuro, o novo, o impensável, o indizível que não existe na realidade até que alguém ou algo o atualize no presente.

⁴ Intempestivo: exatamente como a emergência de uma diferença desestabilizadora das formas vigentes, a qual nos separa do que somos e nos coloca uma exigência de criação. (ROLNIK, 2007)

Assim, através da dupla contar/escutar as paisagens da vida dos assentados iam se compondo, e, junto com elas paisagens da Reforma Agrária.

Nesse processo não tínhamos apenas um fim para chegar, mas um caminho para percorrer. Tentávamos a todo tempo nos livrarmos do vício acadêmico de querer respostas as nossas perguntas, para assim produzir modos sensíveis de perceber a vida com todas as suas dificuldades e injustiças sociais, mas também com forte capacidade de mudança e expansão.

Não nos considerávamos amantes da pobreza, nem percebíamos o sofrimento humano e a injustiça social como algo inatingível, ao contrário denunciávamos a imposição dos valores do capitalismo no viver campesino, reconhecendo a potência e a resistência das famílias a partir da ruptura da lógica de servidão impostas pela sociedade capitalista. Tentávamos instigar a potência existente nas manifestações das famílias assentadas evidenciando os saberes clandestinos que deflagravam a capacidade desejante de romper com o disciplinamento criado pelas normas e pelos valores morais de sociabilidade. Assim, a escolha ético-político-profissional, destas práticas em Serviço Social, foi feita por uma estética da existência que se abre para a criação de um corpo-nômade que reinventa a vida para torná-la possível, pois propõe um exercício de desconstrução dos conceitos e dos discursos de verdade sobre as famílias assentadas. Na condição de desempregado há um sem terra que busca construir uma outra vida quando se torna assentado e, conseqüentemente, aprende a cada dia construir linhas de convivência em grupo possíveis de serem modificadas.

Então, a prática de estágio junto aos assentamentos do MST se realizou a partir das reuniões, das atividades de lazer em festas e jogos esportivos, nas atividades religiosas, como procissões, nos almoços comunitários, no acompanhamento a prática do trabalho cooperativo tanto nas hortas como no manejo junto aos animais, e nas visitas domiciliares. Este conjunto de atividades proporcionou condições de reconhecer os detalhes, os pequenos atos, as palavras em que os desejos se expressavam em que as lembranças deflagram todos os diversos e diferentes deslocamentos vividos. A trajetória das vidas que vem ao nosso encontro, que procuram o Serviço Social não é igual, ao contrário são heterogêneas, portanto, acreditamos que antes de fazermos encaminhamentos prontos, precisamos ouvir e formular coletivamente cartografias de existências menos banalizadas e massacradas pela perversa concentração agrária brasileira e mais povoada por movimentos de expansão do viver.

A escolha pela cartografia nos oportunizou perceber o modo como são constituídas as práticas em grupo, em família e as ações no próprio movimento social, pois são relações que acontecem numa micropolítica do cotidiano. Para tanto, foi constante o exercício de desconstruir as imagens socialmente cristalizadas sobre os sem terra como: vagabundo, preguiçoso, invasor, perigoso, etc., como também,

imagens de que as famílias assentadas não “sabiam plantar” como se esta prática deve-se existir naturalmente. Segundo Critelli (2001, p. 94) é possível reconhecer os estigmas por intermédio do discurso que qualifica esta população como “outro”:

Como tais, indiferenciáveis, os “outros” são cada vez mais ameaçadores e, desta feita, incapazes de conferir a algo e a alguém qualquer testemunho. São apenas aqueles que se teme, de quem se foge, protege, isola.

Muitas histórias das famílias assentadas nos chegaram e nos fizeram problematizar verdades, pois descobrimos a cada dia que a concepção de mundo, de sujeito, de família, de luta surge a partir das experiências e das vivências de cada um e, não poderíamos impor um perfil/modelo de bom comportamento, de certo ou errado, de como se deve agir, mas construir pensamentos e ações capazes de aliar-se aos desejos de garantir uma vida com qualidade fruto das expectativas do coletivo. Pois, segundo Benevides (2007 12):

Por um lado, o ethos de submissão, que caracteriza o grupo quando seu funcionamento é heterônomo, estando submetido a regras externas, o que faz da posição subjetiva uma forma de assujeitamento. Por outro lado, há a assunção do grupo à posição da fala irruptiva, em uma ação transgressora dos significantes sociais dominantes e das regras de assujeitamento.

Então, o estágio curricular proporcionou a oportunidade de não idealizarmos a vida das famílias num assentamento de Reforma Agrária organizado pelo MST, mas antes reconhecer que com toda reprodução dos valores capitalista que qualquer ser humano, família, grupo pode fazer, naquele espaço, também havia o desejo de criar outros modos de construir um viver que considera o saber de todos.

A cartografia, então, como categoria de análise, intercessor, instrumentalizou a postura profissional contribuindo na construção de uma intervenção ética na acolhida dos outros mundos do cotidiano. Então, outro exercício importante, era de denunciar discursos moralizantes que aprisionassem as possíveis expressões do coletivo desconstruindo olhares “supostamente neutros”, porque na cartografia a um chamado a posicionar-se como bem lembra Ribeiro (2007, p. 41):

Cartografar é poder conhecer as relações nas desterritorializações possíveis. O coletivo desenha o marco de invenções que se misturam, não de forma confusa, e sim múltipla, pulsando movimentos que não permitem mais apenas controles antiprodutivos. Conseqüentemente, é preciso ser relação, ou seja, não se perceber fora dos processos, das metamorfoses, mas penetrado por estes onde se conectam e se desconectam a cada descoberta sobre as diferentes práticas, relações, ações,

convivências, entre outros tantos movimentos realizantes a cada instante do cotidiano.

Portanto, as práticas de estágio em Serviço Social, junto aos assentamentos do MST, foram conduzidas pela escuta sensível, pela alteridade, pela acolhida ao heterogêneo, permitindo a expressão do conflito e do debate, buscando propor atividades a partir das escolhas feitas pelas famílias e pelos grupos organizados. O exercício de tentar romper com uma postura profissional detentora de um saber absoluto foi constante. Este modo de construir a intervenção profissional exigiu um movimento de aprender-ensinar-desaprender-aprender, ou seja, tentar abrir mão de estigmas, assumir limitações, encarar desafios e propor alternativas capazes de vir a contribuir com o processo autogestionário possível.

A autogestão, capacidade dos grupos de construir ações, e auto-análise, a capacidade do mesmo coletivo em problematizar, avaliar e decidir sobre estas ações, contribuiu para um movimento molecular entre as famílias. Este movimento molecular apresentou a vontade dos grupos de famílias assentadas em garantir o direito de ser e de viver de modo campesino. Assim, em nenhum momento o Serviço Social tentou criar a cultura da socialização, mas reafirmar a força existente naqueles modos de viver. Pois, segundo Warat (2001, p.18):

Você foi roubado, condicionado, manipulado, argumentado, persuadido, trabalhado, de todas as formas possíveis para que não pudesse chegar a você mesmo. Isso é o que a cultura chama de socialização.

Para saltarmos para dentro de nós mesmos, é preciso aprendermos a indagar a existência. Correr o risco da indagação como a forma de mover-nos no desconhecido. A única epistemologia libertária é a da experiência recalcada. O que eu chamo de epistemologia inconsciente.

O sistema capitalista e as políticas neoliberais criaram a necessidade da mendicância, pois cresce a cada dia contingentes de desempregados e de subempregado, onde estes se submetem a lógica do trabalho informal que não garante os direitos sociais. Devido tal realidade cresce concomitantemente o discurso de socialização que enfraquece as lutas das multidões e, dentre elas, as lutas dos movimentos sociais. Este discurso tornou-se cultura, pois impõe normas que selecionam necessidades e inviabilizam manifestações. Quando desejamos “socializar” corremos o risco de deslocar toda reprodução capitalista numa análise funcional que localiza no indivíduo e não na sociedade os processos históricos de exclusão.

O cotidiano do trabalho do assistente social apresenta-se como um campo de expressões concretas das desigualdades referidas, de

manifestações de desrespeito aos direitos sociais e humanos, atingindo, inclusive, o direito à vida. (Iamamoto, 2000, p. 146).

Finalmente, com a perspectiva de denunciar a lógica neoliberal, que impõe relações competitivas e dominantes, por intermédio do assujeitamento político, social e econômico é que apresentamos o espaço dos assentamentos de Reforma Agrária. Estes espaços são compostos por famílias que buscaram garantir qualidade de vida por intermédio da luta coletiva. Pois, os deslocamentos que fizeram desde a decisão de acampar e, isso significa, deixar seus familiares e suas histórias, para desafiar-se ao desconhecido, suportando o frio e o calor demasiado embaixo da lona preta, a escassez de alimentos, a falta de medicação, o risco de sofrer a violência vinda por parte do Estado e do Latifúndio brasileiro, até a chegada nos assentamentos, onde não havia infra-estrutura, produção agrícola, moradias adequadas, Escolas distantes, exigiu resistência cotidiana para construir gradativamente uma nova vida instaurando-se uma outra luta do “começar de novo”. Aprender a fazer juntos, permitir a expressão de todos e reconhecer a existência de um saber-poder micropolítico foi nossa perspectiva de intervenção profissional.

Abstract: This text presents the practice apprenticeship curricular in Social Service whose objective is of urging the reader to approximate of the daily reality of the organized land reform establishments for the Movement of the Rural Workers Without Earth, as well as, it proposes a discussion professional theoretical-practice. Firstly, it presents the fragility of the theme of the land reform as Brazilian agricultural policy, because this doesn't solve the problem of the earth concentration and wealth in the country. Therefore later he/she comes the self-management and the self-analysis as collective process that can potentiate other participation type strengthening the power of the agents breaking up with the dependence between the technicians and population. Finally, the text proposes the cartography as analysis category that qualifies the glance and the professional action in the recognition of an aesthetics manifested in the molecular relationship. The cartography draws the land reform starting from the existence of the manners of living of the agents in the establishments of MST.

Key words: land reform; apprenticeship; cartography.

Referências

ALFONSIN, Jacques Távora. A função social da posse como pressuposto de licitude ético-jurídica do acesso e da conservação do direito a terra. *RELATÓRIO AZUL*, 2006.

BAREMBLITT, Gregório. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes*. 4 ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998..

BARROS, Regina Benevides. *Grupo - a afirmação do simulacro*. Porto Alegre: Sulina/UFRGS, 2007.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. São Paulo: Saraiva, 2007..

GRESSER É LUTAR/GESTÃO 1999/2002. *Coletânea de Leis – revista ampliada*. Porto Alegre 10ª região, 2000.

CRITELLI, Dulce Mara. A contemporânea inospitalidade do humano. IN: MARTINELLI, Maria Lúcia et al. *O Uno e o Múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. 3ª ed. São Paulo:Cortez, 2001.

ESTATUTO DA TERRA. 16ª ED. São Paulo: Saraiva, 2001.

GERMANO, José Willington Germano. A transformação da questão social e a Educação.. In: Conferência proferida durante a 50ª Reunião Anual da SBPC. Natal, julho de 1998. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/bib/transformacao.html>. Acessado em 16 de outubro de 2007, às 11 horas e 23 minutos.

GUATTARI, Feliz; ROLNIK, Sueli. *Micropolítica cartografias do Desejo*. 6 ed. RJ: Vozes, 2000.

HOBBSBAM, Eric J. *A Era do Capital 1848-1875*. Tradução de Luciano Costa neto. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1977..

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KIRST, Patrícia Gomes et al. Conhecimento e Cartografia: Tempestade de Possíveis. In: KIRST, Patrícia Gomes; FONSECA, Tânia Mara Galli. *Cartografias e Devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MAIRESSE, Denise. Cartografia: Do método à arte de fazer pesquisa. In: KIRST, Patrícia Gomes; FONSECA, Tânia Mara Galli. (org). *Cartografias e Devires: a construção do presente*. Porto Alegre, UFRGS, 2003, p. 259-271.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

RIBEIRO, Cristine Jaques. *Facetas do Cotidiano o dia a dia dos assentamentos do MST*. Pelotas: EDUCAT, 2001.

RIBEIRO, Cristine Jaques. A Reinvenção do Campesinato: uma cartografia coletiva. In: *Revista Sociedade em Debate*. Nº 29. V. 10 N. 2 Agosto- 2004. Pelotas: EDUCAT, 2004.

RIBEIRO, Cristine Jaques. As Manifestações dos modos de viver caboclo: uma cartografia coletiva num assentamento de reforma agrária. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social), faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008. .

ROLNIK, Suely. Ninguém é deleuziano. Disponível em: <http://janetecontracultura.blogspot.com/2007/05/ningum-deleuziano-suely-rolnik-1.html>. Acessado em 17/10/2007.

STEDILE, João Pedro(org). *A Questão Agrária no Brasil- o debate na esquerda: 1960- 1980*. Vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

STEDILE, João Pedro (org). *A Questão Agrária no Brasil - o debate na esquerda: 1946-2003*. Vol. 3. São Paulo: Expressão Popular, 2005b. .

WARAT, Luis Alberto. *O Ofício do Mediador*. Vol. I. Santa Catarina: Habitus, 2001. 279p.

